



## A PARCERIA DE VINTE ANOS ENTRE POVOS INDÍGENAS E O GOVERNO DO ACRE, BRASIL

*Lições para realizar a mitigação da mudança climática e a justiça social em regiões de florestas tropicais por meio de parcerias entre governos subnacionais e povos indígenas*

**2018**

**AUTORES**

Maria DiGiano, Elsa Mendoza,  
Maria Luiza Ochoa, Juan Ardila,  
Francisca Oliveira de Lima, and  
Dan Nepstad



**Earth  
Innovation  
Institute**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- Os povos indígenas desempenham um papel importante na proteção das florestas<sup>1</sup> tropicais remanescentes do mundo e, portanto, são aliados fundamentais na luta contra a mudança climática.
- Os impactos da mudança climática são muitas vezes apenas uma das faces dos desafios enfrentados pelos povos indígenas, que podem ter dificuldade para manter e adaptar sua cultura, soberania alimentar, meios de subsistência e práticas culturais diante as rápidas mudanças sociais, econômicas e políticas.
- Parcerias entre povos indígenas e governos subnacionais podem ajudar a desenvolver soluções mais sistêmicas para os desafios globais da mudança climática e desmatamento, ao mesmo tempo em que apóiam os direitos, bem-estar e resiliência cultural dos povos indígenas. O governo do estado do Acre, Brasil, vem desenvolvendo essas parcerias há mais de 20 anos.
- Neste relatório, documentamos a experiência do estado do Acre, e avaliamos o papel do diálogo e da colaboração entre governos subnacionais e povos indígenas como parte das estratégias de desenvolvimento sustentável.
- As principais conclusões são:
  - Embora os povos indígenas e seus territórios frequentemente estejam sob o domínio dos governos federais, os governos subnacionais são importantes protagonistas, alavancando programas e políticas estatais para atender às demandas dos povos indígenas e facilitar novas formas de participação política e autodeterminação.
  - Estabelecer uma maior representação dos povos indígenas na tomada de decisões do governo estadual é um processo de longo prazo que requer vontade política e investimento sustentável. Mudanças de regime, perda de memória institucional e governos nacionais desfavoráveis ou antagonísticos podem minar a continuidade e testar a capacidade de adaptação dos governos subnacionais.
  - A educação e formação dentro das comunidades indígenas, centradas na identidade indígena e no conhecimento tradicional, são fundamentais para que os povos indígenas deixem de ser temas de estratégias de desenvolvimento sustentável e passem a ser seus coautores.

- As parcerias podem gerar múltiplos benefícios ambientais e sociais, incluindo melhor bem-estar, revitalização cultural, segurança alimentar e recuperação de terras degradadas.
- A experiência do Acre ressalta que a mitigação da mudança climática e a conservação florestal podem trabalhar em conjunto com processos de reconhecimento cultural e político que estão no cerne da justiça social.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o estado do Acre, na Amazônia ocidental do Brasil, envolveu-se em um experimento em larga escala para criar um modelo de desenvolvimento econômico baseado no valor das florestas existentes, em vez de sua conversão para outros usos da terra. Entre 2002 e 2015, o Acre reduziu sua taxa de desmatamento em 70%<sup>2</sup>, e aumentou seu PIB em 81%<sup>3</sup>. Entre 2000 e 2010, o estado também aumentou seu IDH em 28%<sup>4</sup>. Um aspecto importante deste experimento tem sido o reconhecimento do governo estadual da relação entre a conservação da floresta, o crescimento econômico sustentável e o bem-estar das comunidades dependentes da floresta — incluindo os povos indígenas — e sua subsequente integração a políticas e programas.

Este relatório explora a evolução das parcerias entre os povos indígenas e o governo do estado do Acre ao longo de um período de vinte anos. Nós traçamos o desenvolvimento de políticas e programas que facilitaram essas parcerias e exploramos até que ponto essas políticas e programas fomentaram mudanças no desenvolvimento sustentável e equitativo. Integramos as opiniões dos líderes indígenas de 7 comunidades, ao longo de 6 territórios indígenas, sobre suas percepções em relação à parceria com o estado do Acre e sobre as mudanças experimentadas em sua qualidade de vida, cultura e comunidade.

1 Nepstad, D., et al. 2006. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. 20(1): 65-73; Ricketts, T. H., et al. 2010. Indigenous lands, protected areas, and slowing climate change. PLoS Biology 8(3); Vergara-Asenjo, G. and C. Potvin. 2014. Forest protection and tenure status: The key role of indigenous peoples and protected areas in Panama. Global Environmental Change 28: 205-215; Walker, W., et al. 2014. Forest carbon in Amazonia: the unrecognized contribution of indigenous territories and protected natural areas. Carbon Management 5(5-6): 479-485

2 de los Rios de Leal, M., et al. 2018. "Acre, Brazil" in C. Stickler *et al.* (Eds.), *The State of Jurisdictional Sustainability*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

3 IBGE. 2015. Contas Regionais.

4 Governo do Acre. 2017. Acre em Números.

## POVOS INDÍGENAS DO ACRE

Os povos indígenas habitam o Acre há milênios. Foi apenas nos últimos dois séculos que os colonos entraram em contato com os povos indígenas do Acre — primeiramente, como parte da indústria de borracha em expansão na região, e, mais recentemente nos anos 70 e 80, como parte da expansão geopolítica do Brasil na fronteira da Amazônia. Os povos indígenas referem-se ao período do final dos anos 1800 até a década de 1980 como a “Era do Cativoiro”<sup>5</sup>. Durante esse período, muitos povos indígenas foram submetidos à escravidão por dívidas pelos poderosos barões da borracha, que exploraram seu trabalho para extrair o látex das florestas, prendendo-os em um ciclo de endividamento e pobreza. Doenças, deslocamentos, desapropriações de terras ancestrais, preconceito de colonos e políticas e governos antagônicos aos povos indígenas resultaram em declínio populacional, maior marginalização e degradação das suas culturas<sup>6</sup>.

Antes da década de 1970, havia muito pouco envolvimento entre comunidades indígenas, governo e sociedade civil. Em 1976, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do Brasil começou a trabalhar no Acre, estabelecendo o primeiro contato entre o Estado e os povos indígenas — principalmente para demarcar suas terras. A Constituição brasileira de 1988 reforçou os direitos dos povos indígenas e, principalmente, removeu a atribuição de que estes povos deveriam incorporar-se à sociedade brasileira, abrindo possibilidade para estratégias diferenciadas de desenvolvimento. A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), estabelecida em 1979, foi uma das primeiras organizações da sociedade civil a trabalhar nas terras indígenas acreanas. A CPI-Acre começou a formar professores e agentes de saúde indígenas e, em 1996, criou o curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas,

que mais tarde se tornaria a pedra fundamental do inovador programa de mitigação das mudanças climáticas do Acre.

A demarcação de “territórios indígenas” (TIs) como categoria jurídica foi um importante ponto de virada para os povos indígenas, não apenas na definição de seus direitos à terra, mas também como um primeiro passo para recuperar e fortalecer sua cultura e identidade. Desde 1976, foram demarcados 717 TIs em todo o país — 422 na Amazônia Legal brasileira e 36 no Acre<sup>7</sup>. Como os TIs estão sob domínio do governo federal, o governo estadual do Acre, inicialmente, tinha pouca relação com eles.

*“O governo brasileiro não entendia os problemas dos povos indígenas, e o governo do estado não se engajava com os povos indígenas porque essa era uma questão do governo federal. Os territórios indígenas eram vistos como um problema para o governo e uma perda de terra.”*

- FRANCISCO PIYÁKO, ASHANINKA, EX-SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INDÍGENAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

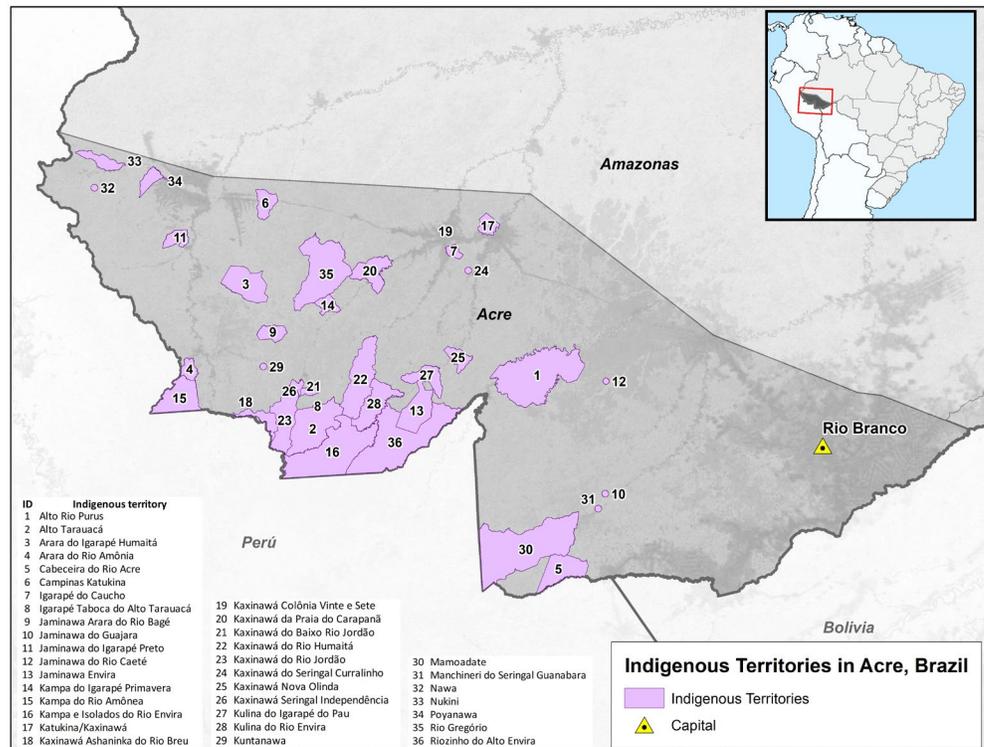


FIGURA 1. Territórios indígenas no Acre, Brasil

5 Ochoa, M., et al. (2003). *Índios no Acre: História e Organização*. Comissão Pró-Índio do Acre.

6 Hemming, J. 1987. *Amazon Frontier: The Defeat of the Amazon Indians*.

7 [https://pib.socioambiental.org/en/Location\\_and\\_extension\\_of\\_Indigenous\\_Lands](https://pib.socioambiental.org/en/Location_and_extension_of_Indigenous_Lands)

## QUADRO 1

### POVOS INDÍGENAS DO ACRE EM RESUMO<sup>1</sup>

- População total do estado: 847.327
- População indígena aproximadamente 18.000 pessoas, representando 2% da população total do Acre
- 16 grupos indígenas
- 36 territórios indígenas, abrangendo mais da metade das florestas do Acre e um terço da área total do estado
- 99% de cobertura florestal dentro dos TIs e 87% em todo o estado
- 43 organizações de base local

<sup>1</sup> Pesquisa: [www.acreppp.org](http://www.acreppp.org), de los Rios de Leal, M., et al. 2018. "Acre, Brazil" in C. Stickler et al. (Eds.), *The State of Jurisdictional Sustainability*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF; CPI-AC 2018

## FLORESTANIA E O GOVERNO DA FLORESTA

As dificuldades dos povos da floresta do Acre se tornaram notícia internacional quando Chico Mendes, seringueiro tradicional, líder sindical e ativista ambiental, foi assassinado em 1988 por criadores de gado, por defender os direitos dos habitantes da floresta. Sua morte deu início a uma nova era na história do Acre, na qual líderes do movimento social ambiental e do partido dos trabalhadores ganharam força política no estado e começaram a transformar o governo estadual<sup>8</sup>. No centro dessa transformação estava a noção de “cidadania da floresta”, ou “florestania” — ou seja, a ideia que as políticas públicas estaduais valorizamos povos que habitam e dependem da floresta (seringueiros, povos indígenas, comunidades tradicionais) além de ter o direito e a responsabilidade de participar na elaboração e implantação de uma visão de desenvolvimento baseada na valorização da floresta existente, e não em sua destruição.

Com a eleição do governador Jorge Viana, em 1999, o Governo da Floresta do Acre começou a construir um amplo apoio social para o conceito de desenvolvimento sustentável. No início de seu mandato, o governador Viana visitou as terras indígenas do estado para entender melhor suas necessidades e, como resultado, reconheceu seus esforços existentes de autodeterminação sobre seus territórios e sobrevivência cultural. O governador Viana e seu sucessor, governador Binho Marques, instituíram programas focados na gestão territorial e ambiental, em saúde, educação e revitalização cultural que beneficiaram diretamente a este povos. De acordo com líderes indígenas, o reconhecimento das lutas e avanços dos povos indígenas pelo governo do Acre, bem como

<sup>8</sup> Schmink, M., et al. 2014. Forest Citizenship in Acre, Brazil. No. IUFRO World Series no. 32; Vadjunec, J. M., et al. 2011. "Rubber tapper citizens: emerging places, policies, and shifting rural-urban identities in Acre, Brazil." *Journal of Cultural Geography* 28(1): 73-98.

## LINHA DO TEMPO



sua inclusão no Governo da Floresta, foi fundamental para estabelecer confiança e abrir a possibilidade de diálogo.

*“Durante os anos 90, houve a luta pela demarcação da terra. Com o novo governo da floresta, abriu-se a possibilidade de ser um único povo do Acre. Povos indígenas e seringueiros — todos nós nos orgulhamos de ser acreanos e de fazer parte deste território.”*

- FRANCISCO PIYÁKO, ASHANINKA, EX-SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INDÍGENAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Ao mesmo tempo, o governo começou a formular as leis e estruturas institucionais necessárias para provocar uma transformação da economia e da governança do estado. Primeiramente, o governo estadual iniciou um processo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o qual mapeou e priorizou o uso da terra em todo o estado por meio de um processo participativo. O primeiro ZEE foi transformado em lei estadual no ano de 2001, e posteriormente oficializado em 2007, servindo como um importante guia jurídico para as decisões de uso da terra por parte do estado.

O ZEE, baseado nas iniciativas existentes de gestão territorial por povos indígenas, iniciou-se em 1990 e incorporou as práticas de gestão territorial e a visão dos povos indígenas no planejamento do uso da terra através de um processo chamado etnomapeamento/etnozoneamento. Embora alguns TIs ainda não fossem oficialmente reconhecidos, o processo do ZEE permitiu serem consideradas nos planos de desenvolvimento estaduais. Programas posteriores, como PROACRE e PROSER (2009-2012), financiados pelo Banco Mundial para a sustentabilidade socioambiental, incluiu os povos indígenas



no planejamento estadual de gestão socioambiental, especificamente por meio de consultas entre órgãos do governo estadual e povos indígenas.<sup>9</sup> A experiência do Acre no apoio ao desenvolvimento estadual e na implantação de Planos de Gestão Territorial para territórios indígenas serviu como estímulo e modelo para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), iniciada em 2012.

No início dos anos 2000, os povos indígenas também iniciaram o processo de organização através de suas associações para o diálogo com o governo. Em 2001, eles criaram a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e em 2002, foi criada a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC). Em 2004, a AMAAIAC organizou o primeiro fórum de Agentes

<sup>9</sup> Acre, Governo do Estado. 2012. Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do acre- PROACRE / Financiamento Adicional- PROSER



Agroflorestais Indígenas (AAFI). O fórum fortaleceu a colaboração entre as instituições de governo estaduais como a Secretaria de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar do Estado do Acre (SEAPROF) e os AAFIs, estabelecendo uma troca de conhecimento bidirecional e uma relação sinérgica entre os AAFIs e o governo estadual<sup>10</sup>. Em 2009 o estado do Acre cria a Secretaria dos Povos Indígenas que abriu novos canais para um diálogo permanente.

## INOVAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS QUE IMPACTAM OS POVOS INDÍGENAS DO ACRE

No final da primeira década do Governo da Floresta, o governo estadual aprovou duas leis para reconhecer o valor das florestas. A primeira foi a Política de Valorização dos Ativos Ambientais Florestais (2008), estabelecendo uma série de programas florestais e agrícolas sustentáveis. O segundo foi o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do estado do Acre (SISA), que o estado sancionou em 2010. O SISA abrangeu serviços ambientais diversos, desde o sequestro de carbono, serviços hidrológicos e conservação da beleza cênica natural. Esse sistema é composto por 7 programas, um deles é o ISA Carbono (Programa de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono). O sistema do SISA se baseia em uma abordagem de fluxo de estoque, recompensando quem protege as florestas existentes (estoque), como os povos indígenas, bem como aqueles que reduzem o desmatamento através da alteração de suas práticas de manejo (fluxo), como agricultores de pequena escala e criadores de gado.

Antes de ser assinado em lei, o sistema SISA do Acre passou por um extenso processo de pesquisa e consulta, envolvendo povos indígenas e outros potenciais beneficiários, bem como autoridades estaduais e federais e a sociedade civil. A lei reconhece os direitos dos povos indígenas, estabelece salvaguardas socioambientais e se compromete com a repartição justa dos benefícios. Em 2015, após um processo de planejamento, consulta e verificação de cinco anos, o Acre se tornou a primeira jurisdição global a desenvolver e aplicar padrões socioambientais de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) como parte do SISA<sup>11</sup>.

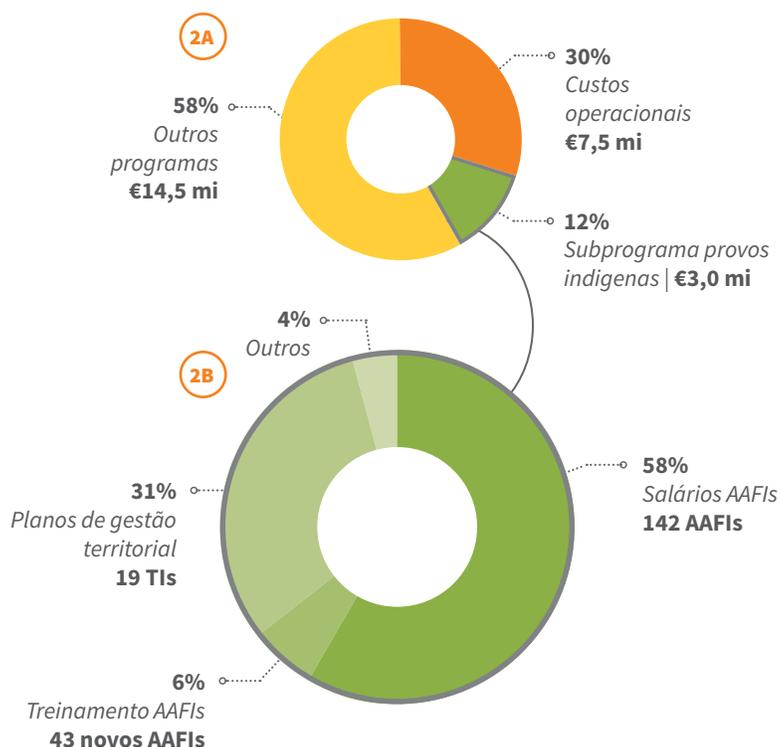
O SISA também estabeleceu mecanismos importantes de transparência, responsabilidade de governança e controle social, incluindo a Comissão

Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), uma comissão de múltiplos atores composta por autoridades públicas e pela sociedade civil. A CEVA foi criada em 2012 para garantir a participação social e a supervisão da governança do SISA, bem como aprovar investimentos e esquemas de repartição de benefícios. A CEVA estabeleceu grupos de trabalho temporários para trabalhar em questões específicas, incluindo povos indígenas e mulheres<sup>12</sup>.

Em 2012, o estado do Acre assinou um contrato de quatro anos com o programa REDD Early Movers (REM) do governo alemão, com o objetivo de apoiar reduções estaduais de emissões provenientes do desmatamento<sup>13</sup>. Especificamente, o programa REM apoiou com € 25 milhões programas de mitigação de mudanças climáticas e conservação de florestas no Acre baseados em resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento, concedendo benefícios e incentivos aos atores locais, fortalecendo e expandindo estes programas no estado. O SISA alocou fundos do REM em quatro subprogramas principais com base na estratégia de fluxo de estoque: Povos Indígenas, Reservas Extrativistas, Agricultura de Pequenos Produtores e Pecuária Sustentável. Dos 70% dos recursos do REM alocados nesses programas (os 30%

12 Acre, Governo do Estado. 2017. Relatório de avaliação do desempenho do Programa REM I e II (2013-2017).

13 Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ). REDD+ in the State of Acre, Brazil: Rewarding a pioneer in forest protection and sustainable livelihood development. KfW Development Bank, 2017.



**FIGURA 2.** Fundos do REM alocados no subprograma de povos indígenas do SISA.

Fonte: Secretaria de Assuntos Indígenas do governo do Estado do Acre

10 IIEB. 2007. Indigenous Agents active in Acre's Forests. In "Do Povo para O Povo".

11 Governo do Acre. 2012. Construção Participativa da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre.

restantes foram direcionados para apoio institucional), 17,5%, ou pouco mais de € 3 milhões, foram empenhados no subprograma de povos indígenas na primeira fase do REM<sup>14</sup> (figura 2a).

## PROGRAMA DE POVOS INDÍGENAS DO SISA

O Grupo de Trabalho Indígena (GTI) foi o primeiro grupo de caráter temporário criado dentro da CEVA para assegurar a participação de atores indígenas (ver quadro 2). O GTI foi fundamental na elaboração do subprograma indígena e na adaptação das salvaguardas do SISA.

O GTI estabeleceu princípios básicos para o subprograma indígena, baseada em consultas e contribuições de representantes de 22 TIs. Esses princípios delinearão o compromisso do Programa ISA Carbono de melhorar o bem-estar dos povos indígenas, com atenção especial às mulheres. Esta carta está fundamentada em marcos legais nacionais, tratados e convenções internacionais relevantes<sup>15</sup>. Os Princípios do Acre serviu de base para elaborar os Princípios Rectores de Colaboração e Parcerias entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais, os quais foram adotados pela Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas (GCF Task Force) em 2018<sup>16</sup>.

Como parte de seu mandato, o GTI foi responsável pela devida repartição de benefícios dos € 3 milhões dos fundos do programa REM dentro do subprograma indígenas. O Programa AAFI do Acre se tornou o elemento central do subprograma indígena, que integra o programa ISA Carbono, com 58% dos fundos destinados aos salários de 149 AAFIs, a partir de 2015, e a formação de 43 novos AAFIs (figura 2b). Quase um terço dos recursos apoiou a implantação dos Planos de Gestão Territorial em 19 TIs, beneficiando 17 associações indígenas<sup>17</sup>.

Em 2017, o GTI foi institucionalizado como Câmara temática Indígena do SISA – CTI do SISA, garantindo um espaço para a participação indígena por tempo indeterminado. Naquele ano, a CTI-SISA se reuniu para definir a repartição dos benefícios da segunda fase do REM, incorporando outros componentes com base nas contribuições e demandas dos povos Indígenas, como o fortalecimento e valorização das culturas tradicionais, além do apoio contínuo ao programa AAFI<sup>18</sup>.

14 Acre, Governo do Estado. 2017. Relatório de avaliação do desempenho do Programa REM I e II (2013-2017).

15 Acre, Governo do Estado. 2013. Serviços Ambientais, incentivos para a sua conservação. SISA: Dialogando com Povos Indígenas. IMC.

16 <https://gctf.org/news/gcf-approves-principles>

17 Acre, Governo do Estado. 2017. Relatório de avaliação do desempenho do Programa REM I e II (2013-2017).

18 Comissão Pró-Índio-Acre. Nota Técnica: Subprograma Territórios Indígenas no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais/SISA- O papel dos povos indígenas e da Comissão Pró-Índio do Acre (versão preliminar). 2018.

### QUADRO 2

#### CÂMARA TEMÁTICA INDÍGENA DO ACRE<sup>1</sup>

- O GTI começou como um grupo informal de líderes indígenas que estudava a lei do SISA, ampliava as informações para outras lideranças, além de exigir uma maior participação
- O GTI foi criado em 2012 como grupo de trabalho temporário da CEVA
- Em 2017, ele foi institucionalizado como Câmara Temática Indígena
- Seus objetivos incluem:
  - Orientar a tomada de decisões do subprograma dos territórios indígenas
  - Definir a repartição de benefícios
  - Facilitar o diálogo entre povos indígenas e órgãos governamentais estaduais
  - Coordenar os processos de consulta com os povos indígenas do estado
- Está constituída por representantes da FUNAI, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA), do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC), da Secretaria de Assuntos Indígenas do Acre, da CPI-Acre e de 19 associações indígenas.

1 Fontes citadas: Acre, Governo do Estado. Relatório de avaliação do desempenho do Programa REM I e II (2013-2017). 2017; Comissão Pró-Índio-Acre. 2018. Nota Técnica: Subprograma Territórios Indígenas no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre/SISA- O papel dos povos indígenas e da Comissão Pró-Índio do Acre (versão preliminar)

## AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS - AGENTES DE MUDANÇA NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO ACRE TERRITORIES

Os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) têm sido atores-chave na facilitação do diálogo entre as comunidades indígenas, o governo do estado do Acre e a sociedade civil. O que iniciou como um programa de formação para agentes de extensão comunitária se tornou uma plataforma e um catalisador para os povos indígenas na formação do desenvolvimento sustentável dos seus territórios e comunidades. Os AAFIs trazem novas informações e ideias para as comunidades e facilitam a discussão e análise

### QUADRO 3

#### AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS<sup>1</sup>

- O programa AAFI começou em 1996 com 15 AAFIs em 4 TIs
- Comunidades indígenas selecionam AAFIs para receber treinamento
- 198 AAFIs foram treinados no Acre até hoje
- AAFIs trabalham com 12 grupos indígenas em 31 TIs, cobrindo 1,7 milhão de ha
- Em 2002, os AAFIs criaram sua própria associação (AMAAIAC)
- Desde 2015, os recursos do REM apóiam os salários de 149 AAFIs, com compromisso contínuo até 2022. Antes de 2015, os AAFIs não recebiam salários
- Os AAFIs estão atualmente exigindo reconhecimento como agentes de extensão pelo estado do Acre para garantir sua atuação e os investimentos necessários para sua qualificação e apoio de longo prazo.

1 Pesquisa: AMAAIC. 2018a; AMAAIC. 2018b. Relatório Final do Convênio 001/2014 AMAAIC/SEMA-FEF. Tomo II- Resultados Alcançados. 2018; Comissão Pró-Índio-Acre. 2018.

dessas ideias dentro das comunidades. Ao mesmo tempo, eles também trazem informações sobre as necessidades, demandas e aspirações das comunidades indígenas no apoio a programas e políticas socioeconômicas, ambientais e culturais em nível estadual.

*“Nós, agentes agroflorestais, somos os guardiões da floresta — trabalhamos para defender nosso povo e nossa floresta, e para educar nosso povo sobre a gestão de nossos territórios.”*

- VANDERLON SHANE HUNI, IAA<sup>19</sup>

O programa de formação dos AAFIs foi estabelecido em 1996 pela CPI-Acre, que inicialmente formou 15 AAFIs. A abordagem educacional adotada pela CPI-Acre enfatizou a autodeterminação e a autoria dos povos indígenas — não apenas valorizando e utilizando o conhecimento tradicional, mas facilitando a análise crítica, adaptação e transformação desse conhecimento pelos próprios povos indígenas<sup>20</sup>. Mais

19 Citação em AMAAIC. 2018a. Relatório Final do Convênio 001/2014 AMAAIC/SEMA-FEF: TOMO I- Contribuição dos Agentes Agroflorestais Indígena do Acre para o Equilíbrio do Clima.

20 AMAAIC 2018a.

de duas décadas depois, há quase 200 AAFIs em todo o estado, sendo que atualmente 135 deles fazem parte do programa de formação da CPI-Acre e desenvolvem seus trabalhos junto à 12 povos indígenas em 31 dos 36 TIs no estado (Quadro 3).

Os AAFIs promovem diversos serviços às comunidades indígenas. Eles fornecem assistência técnica em sistemas agroflorestais, recuperação de terras degradadas, pecuária, meliponicultura, manejo integrado de pragas e caça sustentável. Eles também são educadores ambientais, integrando o conhecimento tradicional aos currículos escolares e compartilhando novas informações sobre práticas, políticas e programas de gestão com os membros da comunidade. Trabalhando com professores indígenas e agentes comunitários de saúde, estima-se que os AAFIs incluam aproximadamente 60% dos jovens indígenas<sup>8</sup>. Os AAFIs também trabalham com comunidades e autoridades governamentais para monitorar as fronteiras de TI e fortalecer sua defesa contra a invasão ilegal de terras e extração de recursos, colaborando com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Os AAFIs são pontes essenciais entre as comunidades e as instituições e órgãos que elaboram as leis que as governam. Nos primeiros anos do Governo da Floresta, os AAFIs desempenharam um papel importante nos processos participativos iniciados pelo governo estadual, como o ZEE, o etnomapeamento/etnozoneamento e o posterior planejamento de gestão territorial. Através desses processos, os AAFIs trouxeram informações a partir das comunidades para o planejamento do uso da terra e fundamentaram uma visão mais ampla sobre quais práticas e alternativas de uso da terra existiam para as TIs que poderiam ser apoiadas pelo estado. Por sua vez, os AAFIs facilitaram a participação direta e a consulta das comunidades indígenas; informaram e educaram os membros da comunidade sobre programas e políticas; e ajudaram a direcionar e coordenar o apoio e os recursos de diversos setores do governo, incluindo saúde, educação, meio ambiente e produção, para atender às demandas pré-existentes dentro dos TIs<sup>21</sup>.

Em seu papel de agentes de extensão rural, educadores e pontes entre a comunidade e o governo, os AAFIs representam a nova geração de líderes indígenas no Acre. Para muitos AAFIs, o programa de formação forneceu as habilidades necessárias e experiências transformadoras fora de suas comunidades para que se envolvam com a sociedade em geral, em igualdade de condições. Por exemplo, para muitos deles, a formação representou a primeira exposição ao idioma português, e eles adquiriram habilidades essenciais de leitura e escrita. Hoje, 59 AAFIs

21 AMAAIC. 2018a.

concluíram o ensino médio técnico profissionalizante, além de seus trabalhos junto de suas comunidades, alguns destes estão atuando em funções no governo e na sociedade civil, como é o caso do atual Secretário de Assuntos Indígenas do governo do estado do Acre<sup>22</sup>.

## EM SUAS VOZES: LÍDERES INDÍGENAS DESCREVEM MUDANÇAS NA QUALIDADE DE VIDA E NA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

Realizamos entrevistas aprofundadas com sete líderes de seis grupos indígenas, para entender melhor os impactos de duas décadas de diálogo entre os povos indígenas e o governo do estado. Destacamos alguns dos principais benefícios em termos de **qualidade de vida, meios de subsistência, meio ambiente, organização comunitária e revitalização cultural**, conforme expresso pelos entrevistados.

Todos os líderes indígenas entrevistados citaram grandes melhorias na **qualidade de vida** em suas comunidades como resultado das diversas intervenções lideradas pelos governos federal, estadual e municipal e grupos da sociedade civil. Uma mudança fundamental citada por todos os entrevistados foi o melhor acesso à **educação** intercultural - bilíngue dentro de suas comunidades. Atualmente, existem 286 escolas em territórios indígenas, bem como melhor acesso a essas escolas através de serviços de transporte<sup>23</sup>. Iniciativas de educação intercultural, incluindo o trabalho inicial da CPI-Acre e, posteriormente, o programa AAFI, também foram consideradas como fundamentais para a revitalização cultural.

Os entrevistados também observaram melhores condições de **saúde** em suas comunidades. Enquanto há quarenta anos a maioria das comunidades indígenas não tinha acesso a serviços de saúde, atualmente essas comunidades possuem postos de saúde e agentes de saúde nas suas comunidades, e equipes móveis de profissionais de saúde que os visitam fornecendo serviços integrados de saúde aos membros da comunidade. Os entrevistados afirmaram que os esforços combinados dos profissionais de agentes de saúde e AAFIs melhoraram a gestão do lixo, o que contribuiu na redução das doenças associadas ao consumo de água contaminada, além de doenças transmitidas por mosquitos, como a malária.

22 Comunicação pessoal- Francisca Oliveira de Lima (AMAAIAC), Maria Luiza Pinedo Ochoa (CPI-Acre)

23 <http://see.ac.gov.br/educacao-indigena-do-acre-avanca-valorizando-os-povos-amazonicos/>



A implantação de sistemas agroflorestais – com o apoio do programa AAFI – e os investimentos estatais e de doadores para melhorar os sistemas de produção contribuíram no **incremento e na diversificação dos produtos agroflorestais**. Estes sistemas fornecem alimentos saudáveis e de maior diversidade para consumo próprio e o excedente é direcionado para mercados externos à comunidade. Como resultado, há uma série de benefícios para as comunidades, desde **aumentos na renda familiar** até dietas mais diversificadas. Todos os sete líderes entrevistados relataram um aumento de renda em suas comunidades, observando que, antes do ano 2000, a maioria das famílias ganhava menos de US\$65 por mês, enquanto hoje a renda familiar é maior do que o salário mínimo médio de US\$250 por mês. Programas de apoio governamental e o aumento de profissionais assalariados, como professores e AAFIs, também contribuem para o aumento da renda. Os entrevistados afirmaram ainda que os novos sistemas de produção proporcionam a eles maior controle sobre seu tempo, permitindo mais tempo disponível para atividades familiares, espirituais e culturais.

A análise preliminar de alterações na cobertura florestal do TI do Acre demonstra uma redução acentuada no desmatamento entre 2000 e 2017 (figura 2), sugerindo que os atuais sistemas de produção estão apoiando a **manutenção das florestas** existentes enquanto melhoram a qualidade de vida e a renda, conforme acompanhado por dados qualitativos. Isso indica uma tendência positiva, o que exige pesquisas adicionais sobre a relação entre as intervenções de programas, como o programa AAFI entre outros.

Refletindo sobre os principais momentos da história de suas





comunidades, muitos entrevistados indicaram o “tempo do cativoiro” como momento marcante de sofrimento destes povos, e a partir dos anos 1990, como um importante ponto de virada para a **revitalização cultural** e para a consolidação da **organização comunitária**. Nos anos 2000, as comunidades indígenas começaram a fortalecer sua capacidade organizacional procurando mecanismos para acessar programas governamentais e de doadores, bem como aprimorar a administração de projetos. De acordo com as lideranças indígenas, iniciativas como o programa AAFI e os espaços criados para um engajamento mais profundo na formulação de políticas (como a Secretaria de Assuntos Indígenas e a formação da Câmara Temática Indígena do SISA) foram fundamentais para valorizar o conhecimento dos povos indígenas e reforçar o papel deles como agentes de mudança dentro de suas comunidades e além.

*“Hoje, nós vemos nossa história como povos indígenas e como comunidade de uma maneira diferente; o que nos fez mudar foi o conhecimento adquirido através da escola, da formação e enquanto lutávamos pelos nossos direitos... E, acima de tudo, pela recuperação da nossa língua materna, da nossa cultura, tradições e identidade. Hoje, nós valorizamos nossa cultura e nos orgulhamos de ser indígenas; hoje, nós também podemos conversar em igualdade com os brancos.”*

- LUCAS SALAS, KAXINAWA, AAFI

## OLHANDO O PASSADO PARA ENXERGAR O FUTURO: LIÇÕES APRENDIDAS COM A EXPERIÊNCIA DO ACRE

A experiência de duas décadas do Acre na promoção de parcerias entre governos, povos indígenas e sociedade civil em prol do desenvolvimento sustentável traz importantes lições para outras jurisdições de florestas tropicais.

**O reconhecimento — do direito à terra ao conhecimento cultural e tradicional e à participação política — é a base da mudança.** A gestão e o planejamento territorial, bem como as iniciativas posteriores para envolver os povos indígenas na formulação de políticas e programas estaduais foram construídos com base no reconhecimento da luta e dos avanços realizados na gestão dos seus territórios, e não apenas como sujeitos ou beneficiários do estado. Programas de educação intercultural e formação, como o programa AAFI, ajudaram a reforçar e valorizar sua cultura, o conhecimento e sua identidade na tomada de decisões dentro de suas comunidades e nos processos mais amplos em nível estadual e internacional.

*“Nós, povos indígenas, queremos ser independentes; nós queremos falar por nós mesmos, e não que os outros falem por nós”*

- FRANCISCA OLIVEIRA DE LIMA, SHAWĀDAWA, TESOUREIRA DA AMAAIAC (ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS DO ACRE) E CONSULTORA DE POLÍTICAS DO PROGRAMA AAFI

**A experiência do Acre ressalta o papel dos governos subnacionais como importantes cocriadores e facilitadores de mudanças.** O governo estadual demonstrou que, embora os territórios indígenas estejam sob o domínio do governo federal brasileiro, os governos subnacionais também podem criar espaço para a participação política e alavancar políticas e programas estatais para atender às necessidades de seus integrantes; e, ao fazê-lo, apoiar a autodeterminação do povo indígena. Ao mesmo tempo, os governos nacionais devem trabalhar em conjunto com os governos subnacionais para enfrentar ameaças persistentes de invasão de terras e extração ilegal de recursos, bem como fornecer apoio suficiente para proteger as fronteiras das TIs.

**Processos de longo prazo exigem investimentos de longo prazo** em formação, educação intercultural - bilíngue, diálogo e finanças. O processo de vinte anos do Acre ilustra a importância de investimentos sustentados em processos que podem levar anos — e, às vezes, décadas — para dar frutos. Os investimentos do governo estadual em processos de planejamento participativo foram fundamentais para a construção de um consenso em torno das metas de planejamento do uso da terra, bem como na operacionalização da noção de “cidadania da floresta”, no núcleo do Governo da Floresta do Acre. No entanto, o fluxo insuficiente de informações e, em alguns casos, informações incorretas sobre o SISA impediu a participação e o engajamento de alguns atores, ressaltando a necessidade de estratégias eficazes e abrangentes de comunicação. A insegurança política e as mudanças de regime no Acre e nacionalmente testarão a força das inovadoras estruturas de políticas do estado, bem como a memória institucional necessária nos órgãos estatais para dar continuidade aos programas do Governo da Floresta.

**Integrar os povos indígenas aos processos de tomada de decisão requer novas formas de governança.** Estabelecer a participação e a representação dos povos indígenas nos processos de tomadas de decisões estaduais tem

sido uma experiência de redefinição dos arranjos de governança. Esses processos ainda são frágeis e exigem maiores compromissos do governo do estado em termos de transparência no que diz respeito à distribuição de recursos, disseminação de informações e ampla representação dos diversos grupos indígenas do Acre em processos participativos. Segundo alguns líderes indígenas entrevistados, as relações paternalistas entre o governo do estado e as comunidades indígenas ainda persistem. Um ciclo virtuoso de criação e apoio de lideranças indígenas nas comunidades, por meio de programas como o AAFI, poderão ajudar a enfrentar esse desafio.

**A educação e capacitação dentro das comunidades indígenas são fundamentais para que os povos indígenas deixem de ser temas de estratégias de desenvolvimento sustentável e passem a ser seus coautores.** Após décadas de opressão por falsas dívidas criados pelos barões da borracha e marginalizados de sua cultura de povos indígenas, os movimentos educacionais interculturais, como professores indígenas e AAFIs, foram caminhos essenciais para reconstruir e fortalecer o conhecimento tradicional e capacitar líderes indígenas. Nesse contexto, estes povos podem avaliar e fazer uso de mecanismos, como pagamentos por serviços ambientais e REDD+, como ferramentas para alcançar um conjunto mais amplo de metas estabelecidas pelos povos indígenas, e não como fins em si mesmos.

*“É preciso começar a trazer de volta o espírito de pertencer a um ser coletivo, [e] saber o que você precisa. Se você começar a se valorizar e fizer algo, encontrará muitas pessoas, muitos apoiadores do seu lado. Então, acho que o primeiro passo é fazer com que os povos indígenas se valorizem.”*

– FRANCISCO PIYÁKO, ASHANINKA, EX-SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INDÍGENAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

ACERVO DAS FOTOGRAFIAS | AMAAIAC

Série Colaboração para o Clima,  
Uma iniciativa conjunta do EII e PRISMA



Em colaboração com:



Financiado por:



Norad



USAID  
FROM THE AMERICAN PEOPLE

Esta informação é possível devido ao apoio do povo americano através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade do Earth Innovation Institute e não reflete necessariamente as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.